

## A ANIMAÇÃO CULTURAL E A NOVA “IDENTIDADE” POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Luciana Marcassa

### RESUMO

Este texto busca apresentar o surgimento do campo da animação cultural no Brasil em suas relações históricas com os movimentos de educação e cultura popular; problematizar os interesses em jogo quando a animação se descola desses movimentos para profissionalizar-se; e desvelar sua atual vinculação ao projeto neoliberal de sociedade, dentro do qual a animação se converte numa estratégia compensatória das novas agências da sociedade civil – as ONGs – para a prestação de serviços culturais e políticas assistenciais às camadas empobrecidas da população, revertendo os direitos sociais em ações emergenciais que não alteram as estruturas geradoras da desigualdade e da miséria.

Palavras-chave: educação popular, animação cultural, terceiro setor.

### ABSTRACT

This work is to present how cultural animation has evolved in Brazil and to explain its historical relations with educational movement and popular culture when it separated from them and became a professional work, linked to a neoliberal project of civil society. In this neoliberal project of civil society, the cultural animation has become a compensatory strategy of the new agencies of civil society – NGOs – to provide services of cultural and political assistance to impoverished sections of the population, reversing the social rights in emergency actions that do not change the true underlying causes of inequality and poverty.

Keywords: popular education, cultural animation, third sector

### RESUMEN

Este artículo presenta el surgimiento del campo de la animación cultural en Brasil en sus relaciones históricas con los movimientos de educación y cultura popular; debatir los intereses en juego cuando la animación alejase de esos movimientos para profesionalizarse; y exponer su actual vínculo al proyecto neoliberal de sociedad, donde la animación cambiase en una estrategia de compensación de algunas agencias de la sociedad civil – las ONG – para la prestación de servicios culturales y políticas asistenciales a la población empobrecida, revertiendo los derechos sociales en acciones estrictas que no alteran las estructuras generadoras de la desigualdad y de la miseria.

Palabras clave: educación popular, animación cultural, tercer sector.

A animação cultural, sócio-cultural, educativa, popular ou simplesmente animação é hoje um vasto campo de estudos acadêmicos, de práticas sociais e de interesses políticos e institucionais que compõe e atravessa diferentes setores de atuação

profissional como a educação física, o serviço social, a educação, as artes, a cultura, o turismo, o lazer etc. Ela é herdeira de vasta experiência em matéria de educação formal e não-formal e se articula, historicamente, ao conjunto de idéias e movimentos sociais ligados à cultura e à educação popular.

Nas últimas décadas, porém, tanto no Brasil como em vários outros países da Europa, a animação veio se distanciando dos movimentos de educação popular. Os motivos deste distanciamento podem ser encontrados no contexto mais amplo, isto é, nas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais vividas mundialmente desde o final dos anos de 1970, e no âmbito das alterações internas ao campo da animação, uma vez que, também na década de 1970, ela se integrou ao campo do lazer, tendo como principais protagonistas instituições como SESC e SESI, desde então importantes agências de promoção de políticas culturais e de lazer voltadas ao conjunto dos trabalhadores da indústria e do comércio.

Em seguida desses processos, a animação foi assimilada pelos cursos de formação de professores de educação física e profissionais de lazer, momento em que se profissionaliza e se incorpora às políticas públicas municipais e às iniciativas privadas ligadas à indústria do entretenimento. Atualmente, a animação vem figurando como estratégia metodológica central para o desenvolvimento de projetos sociais realizados por organizações civis não-governamentais, cuja ação é geralmente endereçada às minorias sociais e camadas empobrecidas da sociedade. É neste âmbito que notamos a emergência de um discurso, hoje hegemônico nas sociedades capitalistas, que tende a considerar a sociedade civil como a única arena das lutas sociais e democráticas em detrimento das disputas políticas em torno do Estado, concebido como ineficiente, moroso e incapaz de fomentar e gerir políticas sociais que efetivamente promovam a cidadania e a participação social.

O que gostaríamos de ressaltar, entretanto, é que essa suposta “identidade” da sociedade civil vista como esfera autônoma e homogênea, como um bloco monolítico de interesse único (o dito bem público), como espaço onde devem se esgotar as ações e reivindicações por direitos, pela conquista da cidadania e da participação social, na verdade esconde a função ideológica que tal discurso porta, na medida em que é extremamente funcional ao sistema capitalista, especialmente no contexto atual de reestruturação produtiva, ofensiva neoliberal e mundialização do capital.

O representante mais sofisticado dessa “identidade” da sociedade civil é o terceiro setor, outro conceito repleto de preconceitos e equívocos, que reforça maniqueísmos, como a “satanização” do Estado e a “glorificação” da sociedade civil, ao passo que reproduz uma visão parcial de fenômenos sociais como a miséria e a desigualdade, preconizando o desenvolvimento de políticas focalistas e emergenciais, descoladas dos processos mais amplos que determinam as causas desses mesmos problemas. Neste setor, dominam as ONGs – Organizações Não-Governamentais que, devidamente financiadas por recursos públicos, chamam para si a promoção de ações para o “bem público” chegando inclusive a implementar políticas sociais que são (ou deveriam ser) da responsabilidade do Estado. Essas ONGs vêm ganhando cada vez mais espaço nos lugares mais pobres ou afastados, ali onde o Estado se retirou (ajudado pela onda neoliberal) ou simplesmente não existia. Porém, é justamente esse caráter substitutivo e não complementar que desmascara as supostas parcerias entre o “Estado e a sociedade civil”.

Isto porque ao invés de asséptica, unânime e homogênea, pensamos, com Gramsci (2005a, 2005b), que a sociedade civil é uma esfera pluralista de organizações e sujeitos coletivos, um espaço em que os aparelhos “privados” de hegemonia exprimem

os interesses de classe em conflito na sociedade capitalista. A sociedade civil é o campo onde ocorre a disputa hegemônica pela direção do processo de organização da cultura, portanto, por diferentes projetos de sociedade, cuja função é, de acordo com Coutinho (2000), “concretizar o papel da cultura na reprodução ou transformação da sociedade como um todo” (p.20). Para Gramsci, o aspecto “privado” das agências de organização da cultura significa que a sociedade civil porta uma *relativa* autonomia em relação ao poder do Estado como órgão jurídico e executivo, o que permite a ela desenvolver em seu interior uma multiplicidade de interesses e projetos, articulados a diferentes grupos, classes e setores que disputam hegemonia de seus projetos culturais em permanente tensão.

Tal compreensão da sociedade civil se consubstancia, por sua vez, na concepção de “Estado ampliado”, formado de modo indissociável, segundo Gramsci (1989), pela sociedade civil e pela sociedade política. Esta última seria “o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar” (COUTINHO, 2003, p.127). Também chamada de “Estado em sentido restrito”, a sociedade política se diferencia da sociedade civil tanto na função que exerce na organização da vida social, como no modo de encaminhar a mudança ou conservação de uma determinada base econômica, mas forma com ela um par dialético na configuração do Estado, na medida em que há influência recíproca de uma esfera à outra.

Se as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante, o Estado é a expressão política da hegemonia do grupo ou classe dominante que, para obter o consenso fundamental ao exercício da função dirigente, absorve as demandas de outras classes e grupos. É assim que o Estado exprime também os projetos em disputa no seio da sociedade civil, cujos sujeitos coletivos e suas aspirações vão compondo e redesenhando suas (do Estado) estruturas internas. Neste movimento, há um jogo entre coerção e persuasão, entre resistência e consentimento, entre hegemonia e dominação que expressa o grau de consciência e mobilização das classes sociais, bem como os interesses em jogo.

Dito isto, acreditamos ter indicado que a “identidade” evocada pelo terceiro setor à sociedade civil, na verdade, cumpre uma função ideológica e mistificadora, já que a noção de identidade – própria da lógica formal – não contempla a contradição e o conflito, aspectos esses que, tal como caracterizamos acima, constituem a essência mesma dos movimentos da / na sociedade civil.

Contudo, não é possível ignorar o verdadeiro significado social e o papel político dessa ideologia entendida como *fenômeno*. Isto é, o conjunto de atividades e organizações que compõem o terceiro setor, entre as quais se localiza a animação cultural, apesar das boas intenções que seus projetos certamente contêm, acaba por ser instrumentalizado pelo Estado e pelo capital no processo de reestruturação econômica e política sob a égide do neoliberalismo. Tal situação restringe, portanto, o alcance das políticas de animação a intervenções imediatistas, descontínuas, portadoras de um caráter regulatório e compensatório, distantes de resolver a médio ou longo prazo as causas dos problemas enfrentados, ao passo que consolida uma relação de dependência dos grupos envolvidos por essas ações.

Já afirmamos acima que a articulação da animação cultural com essa nova “identidade” política da sociedade civil se dá no momento em que ela se descola dos movimentos de educação e cultura popular, portanto, no quadro de abandono das lutas

sociais e de classes e do afastamento da animação da esfera em que se organizam e atuam os movimentos sociais propriamente ditos.

Recuperar a origem e a verdadeira identidade histórica da animação cultural junto aos movimentos de educação popular, suas reivindicações, seus projetos e conquistas, demarcar o contexto em que há esse distanciamento em proveito de um processo de profissionalização da animação, os interesses em jogo e a emergência de novas agências e atores sociais descomprometidos com a luta da classe trabalhadora, e problematizar o papel da animação como uma nova tecnologia educacional utilizada pelas ONGs a fim de oferecer serviços culturais ao invés da promoção, por parte do Estado, de políticas sociais que efetivamente se traduzam na garantia de direitos, são os objetivos deste texto.

#### 1. Origem e identidade histórica da animação cultural: os movimentos de educação e cultura popular

É nas décadas de 1950 e 1960, período de reconhecimento público da falência das campanhas de alfabetização de massa, de euforia nacionalista e mobilização popular no campo da educação e da cultura, que inúmeros movimentos sociais comprometidos com a conscientização e ampliação da participação política das massas emergem. O movimento de educação popular foi uma das várias formas de mobilização adotadas no Brasil neste período<sup>1</sup>. Suas maiores expressões foram o MEB – Movimento de Educação de Base, patrocinado pela Igreja Católica, e os chamados Movimentos de Educação Popular realizados em parceria com universidades, grupos de intelectuais e educadores, entre os quais se destaca Paulo Freire.

Sob a influência das teses desenvolvimentistas produzidas no interior do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, seu objetivo era denunciar o caráter dominante das propostas pedagógicas oficiais, valorizar as expressões culturais e artísticas do povo e reinventar as possibilidades de um trabalho com a cultura popular. Com isso, buscavam elaborar uma crítica das condições políticas e ideológicas de realização da cultura numa sociedade de classes, com ênfase na crise de valores e nos estados de consciência das massas, desvelando os conflitos ali presentes<sup>2</sup>.

Pela educação popular, a idéia de cultura era retomada, motivada, recriada e transformada em instrumento popular de conscientização, politização e organização de classe. Desse modo, a cultura popular era “uma forma de luta política através de processos culturais de intenção pedagógica” (BRANDÃO, 2002, p.55).

Os métodos pedagógicos utilizados combinavam alfabetização popular, educação de base, dinâmicas de trabalho com a comunidade, discussões em grupo, sistemas de rádio, apostilas, organização de atividades culturais, artísticas e recreativas, além da produção de materiais didáticos especificamente pensados para atender às demandas e interesses dos diferentes grupos e regiões do país. Esses métodos,

---

<sup>1</sup> De acordo com Weffort (1987), entre outras formas de conscientização e mobilização das camadas populares caberia mencionar a crescente participação popular através do voto, a ampliação da sindicalização rural e urbana, a organização das massas para a defesa de seus interesses, os movimentos de arte e cultura promovidos por grupos de artistas, intelectuais e estudantes, etc.

<sup>2</sup> Uma das críticas que podem ser feitas a Paulo Freire se refere à ausência de uma leitura da totalidade político-econômica da sociedade brasileira, uma vez que o autor considera menos as características estruturais que geram a opressão e a desigualdade, que a crise de valores e a mudança de consciência (de consciência ingênua para consciência transitiva, e desta para consciência crítica), as quais seriam responsáveis pela transformação da sociedade. Tais considerações podem ser encontradas na obra *Educação como prática da liberdade* (1987).

incorporando as referências que circulavam em meio aos movimentos dos anos 60 em países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, apresentavam fortes compromissos não-diretivos, impulsionados, por um lado, pela crítica da escola capitalista<sup>3</sup>, e por outro, pelas filosofias existencialistas vinculadas à transformação do pensamento social da Igreja Católica. As correntes filosóficas do existencialismo cristão e do personalismo orientaram as ações desenvolvidas pelo MEB e influenciaram sobremaneira o sistema de idéias e concepções pedagógicas de Paulo Freire<sup>4</sup>.

No caso do MEB, foram realizadas experiências pioneiras no terreno da animação chamadas *Caravanas de Cultura e Encontros com a Comunidade*. A esse tipo de ação conscientizadora, promovida através do contato direto entre o movimento e as comunidades, foi dado o nome de *Animação Popular*, uma forma de trabalho que se tornou dominante no interior do MEB, pelo menos até as primeiras reformulações pós-64, e cujas origens estão relacionadas às práticas de Animação Rural do Senegal (BRANDÃO, 2002).

Já nos Movimentos de Educação Popular ligados à pedagogia libertadora de Paulo Freire, a idéia de animação aparece sob a forma de *Ação Cultural* a ser desenvolvida junto aos Círculos de Cultura, fosse para empreender um processo de alfabetização popular ou mesmo para dar impulso a uma mudança de valores e mentalidades, através de uma educação para o desenvolvimento e a democracia, oferecendo aos educandos “instrumentos com que se resistisse aos poderes do desenraizamento de que a civilização industrial está amplamente armada” (FREIRE, 1987 p.89).

Para Freire (2006), a *ação cultural* tem como pressuposto a idéia de “síntese cultural”, isto é, o desafio que ela coloca para o agente da ação – o animador – é a de, partindo da visão de mundo dos educandos (camponeses, trabalhadores da indústria, minorias sociais, etc), tomada como um problema, exercer com eles “uma volta crítica sobre ela, de que resulte sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação” (FREIRE, 2006, p.41). Isto significa que a animação, sob a forma de *ação cultural*, deve provocar a superação da dialética dos oprimidos e opressores, dominantes e dominados<sup>5</sup>.

Vimos que os movimentos de educação popular desenvolveram-se em um contexto de crítica da escola oficial. Dentro deste quadro e percebendo os limites e as lacunas dos programas de alfabetização governamentais, Freire (1987) intenta uma superação do conceito de *escola*, então carregado de passividade, pelo de *Círculo de Cultura*, onde, em lugar de *professor*, com tradições fortemente doadoras, aparece o *animador cultural*. Em lugar da *aula discursiva*, desenvolve-se o *diálogo*, através do qual os alfabetizandos, enquanto *participantes do grupo*, assumem o lugar de sujeitos do processo de construção do conhecimento e da história, ao invés de se portarem como *alunos passivos*. Em lugar dos *programas alienados* e das matérias, elabora-se a

<sup>3</sup> Sobre esse aspecto consultar Saviani (2005) e seu entendimento das teorias pedagógicas “crítico-reprodutivistas”.

<sup>4</sup> Para Paiva (1980) as idéias de Paulo Freire expressam as influências dos intelectuais do ISEB e das filosofias existencialistas coladas ao pensamento social-renovado da Igreja Católica, o que lhe possibilitou realizar uma síntese pedagógica “*existencial-culturalista*”. Daí que o existencialismo cristão interligado ao culturalismo político é marca indelével das concepções e práticas de Paulo Freire, cujas principais referências filosóficas são o pragmatismo de Mannheim, o existencialismo cristão de Gabriel Marcel e o personalismo de Emmanuel Mounier.

<sup>5</sup> Note-se a presença da dialética hegeliana “do senhor e do escravo” também como referência central de *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 2007).

*programação compacta*, codificada em unidades de aprendizado e apresentada por meio de *temas geradores*. Esta concepção do Círculo de Cultura, bem como as orientações pedagógicas que deveriam ser por meio deles materializadas estão claramente expostas nas “Quatro cartas aos animadores dos Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe”, onde se faz notar que a tarefa do animador cultural é “político-pedagógica e não a de quem vai ensinar a ler e a escrever de um ponto de vista puramente técnico e impossivelmente neutro” (FREIRE, 1985, p.146).

Dito isto, pensamos ter identificado que a origem da animação cultural encontra-se colada aos movimentos sociais, particularmente como ação educativa e cultural ligada aos interesses populares. Todavia, é bem sabido entre nós que tais movimentos, programas e ações foram brutalmente interrompidos após o Golpe civil-militar de 1964, permanecendo apenas o MEB, que, nas décadas seguintes, teve sua metodologia e sua orientação política inteiramente reformuladas.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, outros programas e atividades culturais voltadas aos interesses populares começaram a se proliferar por meio de serviços organizados por associações e instituições da sociedade civil. O sistema SESI / SESC foi protagonista, neste contexto, da emergência do discurso e da ação sobre o lazer, disseminando as novas teorias sobre o lazer e a animação em expansão na Europa e nos Estados Unidos, com destaque para a sociologia do lazer do francês Joffre Dumazedier, trazido ao país pelo SESC São Paulo. Baseado nas experiências de animação e educação popular que se desenrolaram na França décadas antes, acaba por influenciar um conjunto de iniciativas de lazer voltadas à convivência social e comunitária, e à promoção da cultura popular. A partir daí, no lugar da educação popular, desenvolve-se a proposta da *Ação Comunitária*<sup>6</sup>.

Conforme nos relata Requixa (1977), a *Ação Comunitária* foi uma experiência iniciada pelo SESC São Paulo em 1966, com a criação das Unidades Móveis de Orientação Social – UNIMOS, que sintetizou um conjunto de objetivos inerentes à proposta de educação popular desenvolvida pela entidade, entre eles a ampliação das oportunidades de lazer, conduzidas através da operacionalização da idéia de participação em termos individuais, grupais e institucionais. Ainda segundo o autor, as UNIMOS foram equipes de *Ação Comunitária*, distribuídas no Interior do Estado e em bairros da capital paulista, cujo trabalho consistia em uma:

(...) intervenção deliberada na comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispô-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo (REQUIXA, 1973, p.09).

Desde então, a proposta da *Ação Comunitária* veio ganhando cada vez mais espaço no meio acadêmico – à medida que o lazer foi se tornando um campo de pesquisas, de formação e atuação profissional – e entre as intervenções políticas mais

---

<sup>6</sup> Destaca-se que o programa de *Ação Comunitária* não foi exclusivo do SESC. Em 1979 o MOBREAL, que deixava de ser uma poderosa campanha de alfabetização para tornar-se uma agência oficial de educação extra-escolar, retoma os ideais do Desenvolvimento e Organização de Comunidades de outrora propondo um trabalho ampliado de *Ação Comunitária*. A esse respeito ver Brandão (2002, p.76-84).

amplas, como, por exemplo, a sua experimentação em termos de políticas municipais ligadas a governos democrático-populares<sup>7</sup>.

Os *animadores sócio-culturais* tornaram-se, assim, profissionais de lazer encarregados de pôr em prática a metodologia da Ação Comunitária, desempenhando um papel de mediação entre as comunidades e os poderes locais, no sentido de identificar e discutir os problemas, necessidades e contradições vividas pela comunidade para, com ela, encontrar uma saída possível. Através de estratégias e dinâmicas de grupo, a comunidade deveria refletir e organizar suas próprias atividades de lazer, bem como relacionar a vivência do lazer com as questões da educação, saúde, trabalho, meio ambiente, transporte público, etc. A finalidade deste trabalho era propiciar a formação de líderes comunitários que deveriam assumir o papel de animadores, fazendo com que o processo da ação comunitária terminasse com a conquista da autonomia por parte da comunidade.

Interessante observar que na França, fonte das teorias sobre o lazer e a educação popular aqui então difundidas, vivencia-se um processo semelhante. Segundo Mignon (2005), é na década de 1960 que a animação dá uma virada em relação à educação popular; mesmo integrando a sua história, a animação passa então a acrescentar suas próprias perspectivas, saindo do setor do trabalho social para profissionalizar-se. Diante de uma mudança moral, social e cultural vivida pela sociedade francesa em um contexto carregado de conflitos políticos e culturais, a animação aparece como uma resposta às novas necessidades, portando uma função de adaptação às novas formas de vida social.

Para Augustin e Gillet (2000) o termo animação surge nos anos de 1960 decorrendo das mudanças interativas e das negociações correntes entre os movimentos de educação popular e os serviços do Estado. Ela emerge do interior da educação popular, mas abandona parte de sua especificidade e de sua ideologia para afirmar a necessidade de uma ação mais neutra, isto é, menos militante e mais profissional. Assim, a animação segue comprometida como a transformação social, mas visando, não a supressão das desigualdades sociais, mas a valorização diferencial dos indivíduos, dos grupos e dos espaços. Portanto, a animação se inscreve dentro de uma perspectiva de intervenção mais individual e cotidiana, reforçando a ação direta das coletividades territoriais em relação a elas mesmas, o que favorece o desenvolvimento, neste país, de uma rede de centros sociais e culturais de natureza associativa, colaborando para a consolidação de um sistema de animação (GILLET, 1995).

Lembrando a explicação de Dumazedier (2004), segundo a qual nos países industrialmente evoluídos o desenvolvimento da cultura popular diminui a distância entre o criador e o público, o especialista e o generalista, entre as classes instruídas e as demais, Mignon (2007) reconhece que é neste contexto dos anos 60 e 70 que, buscando atingir tais objetivos, os novos mediadores se instalam. Estes novos atores sociais são os animadores que, ao lado de personalidades políticas, associativas, sindicais, intelectuais preocupadas com a melhoria da vida social, mostravam-se mais adaptados aos desejos das gerações crescentes e às formas de engajamento que pudessem fazê-las insurgir. Entretanto, o mesmo autor chama atenção para o fato de que, com a emergência dos animadores, a proposta da educação popular se distancia daquela da animação,

---

<sup>7</sup> Um relato dessas experiências pode ser encontrado na publicação organizada por Marcelino (1996). Atualmente, observa-se que a proposta da animação vem sendo desenvolvida junto ao Programa *Esporte e Lazer da Cidade*, do Ministério do Esporte, especialmente na orientação a ela impressa durante o segundo mandato do Governo Lula.

tornando-se sua versão profissionalizada e suavizada, abandonando todo projeto político e assentando o velho conflito entre leigos e profissionais. Foi assim que os animadores na França marcaram presença junto ao desenvolvimento dos centros sócio-culturais destinados ao atendimento de grupos excluídos ou marginalizados, atuando também junto às associações comunitárias formadas por imigrantes, grupos étnicos, minorias sociais e camadas populares.

Desta forma, tanto no Brasil como na França, ao profissionalizar-se, o campo da animação afastou-se das lutas sociais e dos movimentos populares tornando-se uma estratégia pedagógica institucionalizada e oferecida como um recurso a mais no contato com o público atendido. Nessa transição, afirma Pujol (2000), o projeto político da educação popular perdeu importância em proveito daquele da animação (e no Brasil, da ação comunitária), culminando num processo de profissionalização crescente, o qual absorveu parte considerável dos esforços e das forças militantes dos movimentos de educação popular, levando a um reforço de seu caráter institucional e privado em detrimento de sua ação como movimento.

## 2. A nova “identidade” política da sociedade civil: o terceiro setor e os “serviços” de animação

Desta feita, boa parte daquelas experiências em matéria de educação popular e animação cultural realizadas durante os anos 60 vão adquirindo uma nova identidade nas décadas seguintes, juntamente com as reformas políticas que visavam conter a crise política do Estado de Bem-Estar Social e a crise econômica do modelo fordista de acumulação capitalista.

Os movimentos da / na sociedade civil caminharam na direção de uma suposta autonomização em relação ao Estado. No plano das políticas sociais, a opção não foi nem pelo modelo neoliberal ortodoxo, que só viabiliza as iniciativas de cunho privado com a valorização da ação e da regulação pelo mercado, nem o modelo keynesiano, que pressupõe o controle e a promoção de políticas por parte do Estado, mas sim a valorização do chamado *terceiro setor*, ou seja, nem Estado e nem mercado, mas “sociedade civil”. Na medida em que o Estado se debilita, o poder se desconcentra, se descentraliza e o mercado ascende como força hegemônica, a sociedade civil torna-se “o espaço” genuíno de luta e intervenção pela conquista da cidadania, um processo que estaria desvinculado do papel do Estado.

Entretanto, a ofensiva neoliberal, comprometida com a reprodução da ordem política e econômica vigente, reformula a noção de “interesse público” e a sociedade civil passa a ser vista, não como uma instância pluralista, portadora de interesses múltiplos, mas como um bloco monolítico de interesse único. Nesse cenário, ganha destaque a atuação das ONGs – Organizações Não-Governamentais – que na verdade são associações civis privadas sem fins lucrativos, que passam a implementar políticas sociais com vistas ao “interesse público”, as quais deveriam ser viabilizadas pelo Estado. Ocorre que boa parte destas iniciativas, tal como aponta Mascarenhas (2004), seguem a lógica da ocupação assistencialista das chamadas áreas de risco social, com o desenvolvimento localizado de projetos culturais, iniciativas estas que indicam um processo de “despolitização” e “filantropização” das políticas públicas e sociais, tal como assinala Melo (2005).

Uma das características das ONGs, segundo Coraggio (1999), é que elas tentam gerar uma organização econômica popular, capaz de encarregar-se da autogestão das condições materiais para a reprodução da vida de seus integrantes. Isso geralmente é feito com a produção comerciável de bens que assegurem uma receita

mínima ou mediante a ação voluntária na prestação de serviços para o autoconsumo da população local. Entretanto, verifica-se que o foco privilegiado da ação educativa se encerra no local, no experienciável, no cotidiano, na resolução de necessidades sentidas, o que se desenvolve em contínua tensão com o fato de que esses empreendimentos comunitários dificilmente conseguem se autosustentar de modo isolado ou continuar se realizando em um contexto político-econômico e cultural hostil. Isto significa que as suas propostas educativas possuem enormes limites, não conseguindo evitar o que o autor chama de “empobrecimento operativo” do projeto de desenvolvimento humano em curso. É que, para ele, está ausente uma noção de totalidade, visto que nessas iniciativas há “vocação mais para a particularidade e a resolução de carências materiais que para a luta política em si” (p.150)<sup>8</sup>.

O financiamento das ONGs foi e continua sendo, em sua maioria, proveniente de governos dos países centrais e por organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial, mais interessados nos resultados imediatos em termos quantitativos do que com a qualidade dos projetos e a promoção de verdadeiras melhorias de vida para estas populações. Conforme o relato de Melo e Nascimento (1999), “tais instituições não estão interessadas em efetivamente promover uma mudanç a estrutural da sociedade brasileira, mas sim atenuar algumas desigualdades sociais que de alguma forma incomodam os países de origem, conseguir incentivos fiscais em seus países, além da construção de uma ‘boa imagem’ da empresas; uma imagem voltada a um suposto ‘compromisso social’” (p.04).

De acordo com Melo (2005), na ausência de políticas sociais universalizantes e distributivas, as ONGs assumem a tarefa de preencher as lacunas sociais do desenvolvimento em curso, confrontando-se com as conseq ncias (não as causas) da ação do grande capital. Para este autor, este fen meno resulta de uma mudanç a na natureza do papel político desempenhado pelos organismos da / na sociedade civil, bem como o surgimento de novos organismos, expressando a configuração de uma nova hegemonia dentro do atual projeto dominante de sociedade, quando “a participação na sociedade civil   repolitizada, substituída por um associativismo prestador de serviç os sociais, em lugar do associativismo reivindicativo de direitos sociais de outros tempos” (NEVES *apud* MELO, 2005, p.45).

Nesse processo, o princípio da participação   esvaziado de conflitos e interesses de classe, e a sociedade civil, lugar da pluralidade, do embate e da diversidade de projetos, converte-se em *comunidade*, um campo de consenso, ausente de antagonismos. Tem-se que a comunidade é um espaç o homog neo, portador de uma identidade abstrata, em que diferentes projetos de sociedade são convertidos em valores como a paz, a solidariedade, a colaboração e a comunicação entre as pessoas. Assim, torna-se evidente o caráter conformador da relação entre Estado e sociedade civil, aonde os projetos culturais (animação, lazer, ação comunitária) acabam reproduzindo a ordem social estabelecida, pois, como informa Melo (2005):

Tais relações “educam” no intuito de promover a noção de responsabilidade social individual, de substituição da concepção de direitos sociais pela concepção de serviç o social, que, além de não ser implementado pelo Estado, configura-se não como conquista, mas como concessão, ou ainda como mercadorias a ser consumida [...]. Mesmo aqueles que outrora apresentavam

---

<sup>8</sup> Um exemplo emblemático deste empobrecimento operativo é relatado por Melo e Nascimento (1999) em relação do projeto “Roda Viva” realizado no Morro do Borel, no Rio de Janeiro.

inegáveis vínculos com movimentos sociais e organizações populares, acabam conformando-se dentro do atual paradigma (p.51).

Dessa forma, o projeto da animação se estabelece em estreita vinculação com o projeto neoliberal de sociedade. Com a substituição dos direitos sociais por serviços culturais oferecidos por instituições e associações da sociedade civil, passamos de uma noção de direito para uma noção de restituição social, de doação individual e assistência despolitizada.

### 3. Considerações finais

Como demonstrado, a animação cultural se constitui na atualidade como uma tecnologia educacional inovadora<sup>9</sup>, atrelada a uma suposta “identidade” política da sociedade civil, cuja função é a promoção da participação social em atividades culturais e educativas. Através da convivência social e comunitária pressupõe-se que o público envolvido se organize no sentido de minimizar as condições de exclusão, miséria e violência a que estão submetidos. Assim, acredita-se que as atividades de lazer e educação, mediadas pela estratégia da animação, propiciam a participação cidadã, bem como a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Entretanto, como apontamos anteriormente, ao se descolar das lutas políticas e dos movimentos sociais e ao se deslocar da esfera das reivindicações coletivas e de classe em proveito de uma “política de identidades” (HOBBSAWM, 2006), realizada através de ações pontuais de descontínuas, a animação não promove mais que melhorias paliativas nas condições de vida das comunidades atendidas, melhorias estas distantes de alterar a estrutura de desigualdade social e cultural que as apanha e condiciona.

Pensada como uma estratégia para a prestação de serviços culturais junto às agências da sociedade civil, ela não desempenha mais que uma função compensatória, reparadora e assistencialista, movimentando-se na esfera da regulação social, isso quando não contribui, diretamente, para a reprodução ideológica e das relações sociais de produção, atendendo às demandas do momento atual de crise do capital.

Em nosso campo, é preciso estar atento aos discursos sedutores que proclamam a necessidade de “reintegração do cidadão à cidade”, em “reduzir a ignorância”, em “recuperar a cidadania”, “respeitar a dinâmica da comunidade”, delegando ao caráter educativo do lazer e da animação a responsabilidade pela mudança de valores e atitudes, numa tentativa de transformar o indivíduo, não a sociedade.

Sobre esse particular, trazemos aqui o questionamento de Brandão (2002) que, fazendo um balanço desses equívocos cometidos em nome da cultura do povo, nos ajuda a pensar sobre o alcance e os limites de nossas intervenções pedagógicas.

No momento em que nos lançamos sobre outras práticas aparentemente inovadoras [...], é preciso nos perguntarmos a todo momento se o que reinventamos para nos tornar mais eficazes aumenta a eficácia de nosso serviço de apoio ao fortalecimento das práticas e das estruturas populares de mobilização, ou aumenta apenas a eficácia de nossa criteriosa capacidade de intervenção desmobilizadora. O que os mediadores da dominação política fazem intencionalmente como projeto, faremos nós ingenuamente como engano? (BRANDÃO, 2002, p.66).

Ancorada na mudança da função política dos organismos da / na sociedade civil, e em um movimento de adaptação à nova ordem social, a animação parece conciliar-se com os interesses do novo bloco dominante, saindo da disputa pela

<sup>9</sup> A respeito dessa terminologia, consultar Melo (2004).

hegemonia comprometida com a construção de um projeto histórico de transformação social, para desempenhar a tarefa de transformar o indivíduo, despertando nele “novas consciências”, valores e atitudes como responsabilidade social, empreendedorismo, sustentabilidade, voluntariado etc, cujo horizonte não vai além da reforma do próprio capitalismo.

Portanto, do ponto de vista ético-político e pedagógico, a animação tem significado muito mais um instrumento de conservação das posições políticas hegemônicas do que uma força renovadora de desenvolvimento, já que ela não rompe com a relação de dependência entre dirigentes e dirigidos. Segundo a tradição do pensamento gramsciano, diríamos que a animação se localiza no campo dos interesses econômico-corporativos, dificultando a criação de uma unidade entre a atividade prática e intelectual e, conseqüentemente, o nascimento de uma vontade coletiva nacional-popular que mobilize a composição de um novo bloco histórico. Vinculados aos “interesses públicos” apregoados pelo terceiro setor, os valores desenvolvidos pela animação são revestidos de universalidade, ideologicamente identificados com os valores das classes dominantes; as necessidades concretas e as problemáticas sentidas são individualizadas e despolitizadas, restando à própria comunidade encontrar as soluções possíveis; as concepções de mundo em conflito são homogeneizadas e deslocadas da luta e da organização de classe, inviabilizando, assim, o planejamento de ações que resultem em seu desenvolvimento dialético.

Finalmente, como já anunciado no início deste texto, a democracia que vem sendo evocada e conservada pela ordem social-democrata e neoliberal é aquela da revolução passiva, isto é, os aparelhos burocráticos recolhem as demandas populares, mas selecionam aquelas que se conciliam com os interesses das classes dominantes, tornando-as compatíveis com a reprodução do capital. Faz sentido, portanto, que a animação se articule a essa nova “identidade” política da sociedade civil, uma vez que seus projetos para o “bem público” pairam como que “distantes” dos interesses de classe que atravessam a sociedade, mas na verdade estão profundamente comprometidos com os interesses das classes dominantes.

Isto porque na realidade, o que se reconhece desde 1968 para cá são os substratos reformistas das sociedades burguesas, os mesmos que vêm sustentando a ideologia do terceiro setor e da animação. Assim, é preciso questionar se a animação não é outra coisa que uma concessão sentimental que descarta do reconhecimento de diferenças e desigualdades de classe, reconhece o sofrimento socialmente produzido, mas não atenta para suas causas e processos políticos de superação, incorrendo, seja por projeto, seja por ingenuidade, na solidariedade de classes, entre outros reformismos.

#### Referências Bibliográficas

- AUGUSTIN, Jean-Pierre, GILLET, Jean-Claude. *L'animation professionnelle*. Paris : L'Harmattan, 2000
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Edição revista e ampliada. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 18.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Quatro cartas aos animadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *A questão política da educação popular*. 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Ação cultural para a liberdade*. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 46.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra 2007.

GILLET, Jean-Claude. *Animation et animateurs: le sens de l'action*. Paris : L'Harmattan, 1995.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. 33º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARCELINO, Nelson Carvalho (Org). *Políticas públicas setoriais de lazer – o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MASCARENHAS, Fernando. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v.10, n.2, p.73-90, maio/agosto de 2004.

MELO, Marcelo Paula de Melo. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas: Autores Associados, 2005b.

MELO, Victor Andrade de. Animação cultural. In: GOMES, Christianne Luce (org.) *Dicionário crítico de lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, p.12-15, 2004.

\_\_\_\_\_. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. Disponível em ([www.lazer.eefd.ufrj.br](http://www.lazer.eefd.ufrj.br)). Acessado em 18/10/2007. Texto datado de 2006.

MELO, Victor Andrade de, NASCIMENTO, Marcos Avellar do. Capacitação de agentes comunitários de lazer para o projeto Roda Viva: uma experiência na comunidade do Morro do Borel. *Revista Licere*. Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1999. Disponível em ([www.lazer.eefd.ufrj.br](http://www.lazer.eefd.ufrj.br)). Acessado em 18/10/2007.

MIGNON, Jean-Marie. *Le métier d'animateur: les métiers du social*. Paris: La Découverte, 2005.

\_\_\_\_\_. *Une histoire de l'éducation populaire*. Paris: La Découverte, 2007.

PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacional-desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

POUJOL, Geneviève. (org). *Éducation populaire : le tournant des années 70*. Paris : L'Harmattan, 2000.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1977.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. 9.ed. Campinas: Autores Associados 2005.

WEFFORT, Francisco. Educação e política. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 18.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Luciana Marcassa:  
Av. Samambaia, Qd. 35, Lt.05  
Chácaras de Recreio Samambaia  
Goiania – GO  
74691300  
[lumarcassa@hotmail.com](mailto:lumarcassa@hotmail.com)

Recurso Tecnológico: data show  
GT - Recreação e Lazer